



O cansaço do apequenamento do ser humano

Bruno Camilo de Oliveira¹

Resumo: O objetivo deste trabalho é explicar como ainda no século XXI podemos verificar o cansaço do “apequenamento” do ser humano, a partir da sua experiência religiosa, conforme a obra *Genealogia da moral, uma polêmica*, de Friedrich Nietzsche. São selecionados para a argumentação os trechos da primeira dissertação sobre a origem de “bom e ruim” e “bem e mal”, em especial sobre a perspectiva do poder político entre os sacerdotes e os guerreiros, e sobre o modo como o cristianismo pode ser visto como uma manifestação de negação da vida. Em seguida, as ideias nietzschianas apresentadas nesses trechos são utilizadas para analisar os dados apresentados pelo último censo realizado em 2022 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acerca da população religiosa do Brasil, e aos dados apresentados pela pesquisa realizada pela Quaest em 2025, sobre a confiança das pessoas nas instituições religiosas do Brasil. Segundo Nietzsche, o cristianismo estimula a negação da própria “vida” ao valorizar a moral do “ressentimento”, na medida em que o que move a ação espiritual é um princípio externo a própria “vida”. A ação religiosa, conforme os argumentos de Nietzsche e os dados de pesquisas recentes sobre a religiosidade no Brasil, nos levam a admitir que ainda hoje o cristianismo domina a moral do ocidente e que essa visão cansa.

Palavras-chave: Valores. Moral do ressentimento. Cristianismo. Nihilismo. Nietzsche.

Abstract: The objective of this work is to explain how, even in the 21st century, we can still see the weariness of the “smallness” of human beings, based on their religious experience, according to the work *Genealogy of Morals, a Polemic*, by Friedrich Nietzsche. Excerpts from the first dissertation on the origin of “good and bad” and “good and evil” are selected for the argument, especially on the perspective of political power between priests and warriors, and on the way in which Christianity can be seen as a manifestation of the denial of life. Next, the Nietzschean ideas presented in these excerpts are used to analyze the data presented by the last census carried out in 2022 by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), about the religious population of Brazil, and the data presented by the survey carried out by Quaest in 2025, about people’s trust in religious institutions in Brazil. According to Nietzsche, Christianity encourages the denial of “life” itself by valuing the morality of “resentment,” insofar as what moves spiritual action is a principle external to “life” itself. Religious action, according to Nietzsche’s arguments and data from recent research on religiosity in Brazil, leads us to admit that even today Christianity dominates Western morality and that this view is tiring.

Keywords: Values. Morality of resentment. Christianity. Nihilism. Nietzsche.

¹ Possui graduação em Filosofia (bacharelado) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2010), graduação em Filosofia (licenciatura) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2012), especialização em metafísica e epistemologia pela Universidade Federal do Cariri (2022), mestrado em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2012) e doutorado em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará (2018). Realizou o estágio de pós-doutorado no Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2025). Atualmente é professor da Universidade Federal Rural do Semi-árido. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7623-1281>. E-mail: bruno.camilo@ufersa.edu.br. Endereço residencial: Alameda das Acácias, nº 115, Neópolis, Natal/RN. Cep: 59080-560.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é explicar como o cansaço do “apequenamento” do ser humano (GM I 1)² ainda pode ser notado nos dias de hoje, a partir da dominação da perspectiva moral do cristianismo, considerando para tanto o pensamento de Friedrich Nietzsche. São selecionados trechos de GM, sobretudo da primeira dissertação, para apresentar os significados das expressões “ressentimento” (GM I 10), “cristianismo” (GM I 1), “niilismo” (GM I 12) e “ideal ascético” (GM I 6), explicar como essas expressões fundamentam a crítica nietzschiana ao cristianismo e a cultura ocidental no século XIX. No fim, após a análise dos dados recentes sobre a religiosidade no Brasil e o nível de confiança dos brasileiros nas instituições religiosas, cumpre explicar o cansaço do “apequenamento” do ser humano nos dias de hoje, porque “esta visão cansa... [...], estamos *cansados* do homem” (GM I 12, grifo do autor). Aqui, esse cansaço se refere a constatação de que a crítica nietzschiana apresentada ao cristianismo, no final do século XIX, ainda serve para explicar as implicações da prevalência do cristianismo como religião mais confiável do Brasil.

1 SOBRE A ORIGEM DE “BOM E RUIM” E “BEM E MAL”

A primeira dissertação de GM expõe as perspectivas do psicologismo inglês do final do século XIX, da etimologia das palavras, do poder político, do cristianismo e da história sobre a origem dos valores morais. A perspectiva dos psicólogos e utilitaristas ingleses, do final do século XIX, defendeu que a origem do termo “bom” estaria ligada a uma ação útil e esquecida, no sentido de uma ação altruísta. Para eles,

[...] as ações não egoístas foram louvadas e consideradas boas por aqueles aos quais eram feitas, aqueles aos quais eram *úteis*, mais tarde foi *esquecida* essa origem do louvor, e as ações não egoístas, pelo simples fato de terem sido *costumeiramente* tidas como boas, foram também sentidas como boas – como se em si fossem algo bom (GM I 2, grifo do autor).

Essa perspectiva foi acolhida pela psicologia da consciência ou associacionismo dos empiristas Stuart Mill e H. Spencer, cuja tese principal é que todo o conhecimento deriva das sensações dos objetos que, impressos na mente pelo hábito e retidos pela memória, se associam, criando ideias, inferências, abstrações, inclusive valores. Segundo Nietzsche, a perspectiva do “psicologismo inglês” do final do século XIX sobre a gênese da moral é a-histórica, tosca e insustentável: a tese de que o juízo “bom” surgiu a partir da noção de “utilidade” (GM I 2) é falsa, o juízo “bom” não provém daqueles que haviam praticado bondade ou altruísmo.

2 As citações para as obras de Nietzsche seguem ao seguinte padrão que é comumente adotado: sigla da obra, espaço e número do aforismo ou parágrafo ou fragmento. As siglas para as obras citadas neste trabalho são: FTG para *A filosofia na idade trágica dos gregos*; GC para *A gaia ciência*; A para *Aurora*; ZA para *Assim falou Zaratustra, um livro para todos e para ninguém*; ABM para *Além do bem e do mal, prelúdio a uma filosofia do futuro*; e GM para *Genealogia da moral, uma polêmica*. As siglas GC e GM serão seguidas por algarismo romano para indicar o livro ou dissertação.

Nietzsche argumentou que foram os nobres e os homens de natureza elevada que se sentiram a si mesmos e aos seus atos como dignos e bons, e denominaram seus atos como “bons”. Movidos por esse “*páthos da distância*” a tudo aquilo que era baixo, vulgar, simples, plebeu, “eles tomaram para si o direito de criar valores, cunhar nomes para os valores: que lhes importava a utilidade!” (GM I 2, grifo do autor). O *páthos* da nobreza e da distância é “[...] o duradouro, dominante sentimento global de uma elevada estirpe senhorial, em sua relação com uma estirpe baixa, com um ‘sob’ – eis a origem da oposição ‘bom’ e ‘ruim’” (GM I 2). Segundo Nietzsche, o poder do senhor de dar nomes é tão grande que poderíamos dizer que a própria “origem da linguagem” é uma “expressão de poder dos senhores”, na medida em que dizem, “isto é”, “marcam cada coisa e acontecimento com um som, como que apropriando-se assim das coisas” (GM I 2, grifo do autor).

É interessante notar a maneira como os nobres “se sentiam homens de categoria superior” (GM I 5). O senhor pronuncia o juízo “bom” de si mesmo, de maneira automática, espontânea, sem juízo de valor para um outro, e é exatamente assim que ele concebe o outro como “ruim” (*schlecht*), como alguém oposto, mas sem o olhar depreciativo – o miserável, apenas o ruim naquilo que o senhor é bom. Segundo Nietzsche, a própria perspectiva etimológica das palavras “bom” e “mau” nos diversos idiomas sustenta essa tese. Na maioria das línguas o radical da palavra “bom” é o mesmo das palavras “nobre” ou “senhor” (no grego, latim, alemão, eslavo, gaélico, celta, etc.), enquanto que o radical da palavra mau o mesmo das palavras “plebeu” e “escravo”. Um exemplo é o próprio termo alemão *schlecht* (ruim), cujo radical é idêntico a *schlicht* (simples), *schlechtweg* ou *schlechtherdings* (simplesmente), que originalmente significava apenas uma pessoa “simples”, “comum”, “sem um olhar depreciativo”, apenas o oposto de “nobre” (GM I 4).

Originalmente os nobres designavam a si mesmos conforme a sua superioridade no poder (“nós”, os “bons”, “poderosos”, “senhores”, “comandantes”, “ricos”, “possuidores”). Eles eram designados “bons” devido a uma competência ou habilidade em fazer algo, “um traço típico do caráter” (GM I 5). Eles se denominaram enquanto verazes, como ocorreu na nobreza grega com a palavra *agathós* (bom, nobre). A palavra significava, no início, “alguém que é, que tem realidade, que é real, verdadeiro”, depois passou a significar “o verdadeiro enquanto veraz”, em uma transição conceitual que se tornou lema ou característica da nobreza, que adotou o sentido de “nobre” para se diferenciar do plebeu, “o homem comum *mentiroso*” (GM I 5, grifo do autor). Somente “após o declínio da nobreza”, a palavra restou para designar apenas “a aristocracia espiritual” (GM I 5). Os escravos (ou ruins, fracos, plebeus, simples), por outro lado, concebem o juízo mau (*böse*) pelo julgamento depreciativo que fazem contra os senhores e poderosos, haja vista que, segundo Nietzsche, na perspectiva dos escravos, o senhor é compreendido pelo “ressentimento” (GM I 10).

Foi a partir dos escravos e dos senhores que emergiram, respectivamente, “a casta dos sacerdotes e a dos guerreiros” (GM I 7). Na disputa de ambas pelo poder, surgiu a diferença entre significados de valores “*Gut und Schlecht*” [“bom e ruim”] (perspectiva dos senhores, original) contra “*Gut und Böse*” [“bem e mal”] (perspectiva dos escravos, secundária). Os

nobres-guerreiros possuíam a vitalidade e competência físicas necessárias para serem “bons” naquilo que se propunham fazer, ao passo que os sacerdotes, não. Entretanto, em busca da consolidação da sua perspectiva moral, os sacerdotes veem no poder espiritual uma forma de potência. Assim, casta sacerdotal desenvolveu as suas artimanhas espirituais. “Os sacerdotes são, como sabemos, os mais terríveis inimigos – por quê? Porque são os mais impotentes. Na sua impotência, o ódio toma proporções monstruosas e sinistras, torna-se a coisa mais espiritual e venenosa” (*GM I 7*). Por isso, Nietzsche defendeu que “nesse movimento de negação e destruição da vida”, isto é, do corpo, da vitalidade física, a casta sacerdotal representa um “não a tudo aquilo que é potente, florescente, transbordante, sensual e afirmativo” (ALMEIDA, 2005, p. 229).

A “casta dos sacerdotes” nutriu um “ressentimento” contra a casta dos “guerreiros” (*GM I 7*), uma vez que desejou obter o mesmo reconhecimento que obtinham os nobres, mesmo sem merecerem, isto é, mesmo sem possuírem competência física para tanto. O ressentimento gerou um “ódio” (*GM I 7*) e esse ódio foi criador de valores. Quer dizer, a única via que os desprovidos de vitalidade física encontraram para serem reconhecidos como “bons” foi organizando e engendrando uma revolta escrava na moral, uma revolta espiritual, que culminou com a “tresvaloração dos valores” ou “vitória” dos escravos na moral (*GM I 9*), que se inicia com os judeus,

Os judeus, aquele povo de sacerdotes que soube desforrar-se de seus inimigos e conquistadores apenas através de uma radical tresvaloração dos valores deles, ou seja, por um ato *da mais espiritual vingança*. Assim convinha a um povo sacerdotal, o povo da mais entranhada sede de vingança sacerdotal. Foram os judeus que, com apavorante coerência, ousaram inverter a equação de valores aristocrática (bom = nobre = poderoso = belo = feliz = caro aos deuses), e com unhas e dentes (os dentes do ódio mais fundo, o ódio impotente) se apegaram a esta inversão, a saber, “os miseráveis somente são os bons, apenas os pobres, impotentes, baixos são bons, os sofredores, necessitados, feios, doentes são os únicos beatos, os únicos abençoados, unicamente para eles há bem-aventurança – mas vocês, nobres e poderosos, vocês serão por toda a eternidade os maus, os cruéis, os lascivos, os insaciáveis, os ímpios, serão também eternamente os desventurados, malditos e danados!...” (*GM I 7*), grifo do autor).

A casta sacerdotal utilizou os poderes espirituais que dispunha, a linguagem e a moral, para inverter os valores e obter o reconhecimento de “bom”. Dessa maneira, com a “tresvaloração dos valores”, o indivíduo antes considerado “bom” ou competente passou a ser considerado mal, em um sentido depreciativo, impuro, não merecedor da vida, merecedor do castigo, da penitência e do inferno. Para Nietzsche, “o conceito denotador de preeminência política sempre resulta em um conceito de preeminência espiritual”, o que pode ser constatado a partir do desenvolvimento dos termos “puro” e “impuro”, os quais foram compreendidos

pela humanidade de forma não crítica e “assimbólica” (GM I 6). Pois, antes da influência dos sacerdotes, o termo “puro” era utilizado inicialmente para conotar limpeza, saúde, distância da pobreza, esterilização e outras conotações dessa espécie. Com a disputa política com os nobres, os sacerdotes ressignificaram o termo “puro”, que passou a significar aquele que é separado do mundo material, que se abstém de alguns alimentos e prazeres, que jejua, que se abstém do sexo, que se isola do mundo, que transcende ao “nada” (GM I 6). O indivíduo antes considerado “ruim” ou incompetente passou a ser considerado “bom”, no sentido de puro, merecedor da vida, garantido no céu e amado por Deus, exatamente por ser impotente. Com o passar do tempo, o cristianismo veio para representar exatamente a vitória da “revolta dos escravos na moral” (GM I 7).

Mas isto é o que aconteceu: do tronco daquela árvore da vingança e do ódio, do ódio judeu – o mais profundo e sublime, o ódio criador de ideais e recriador de valores, como jamais existiu sobre a terra – dele brotou algo igualmente incomparável, um *novo* amor, o mais profundo e sublime de todos os tipos de amor – e de que outro troco poderia ele ter brotado?... Mas não se pense que tenha surgido como a negação daquela avidez de vingança, como a antítese do ódio judeu! Não, o contrário é a verdade! [...] Esse Jesus de Nazaré, evangelho vivo do amor, esse “redentor” portador da vitória e da bem-aventurança aos pobres, aos doentes e aos pecadores – não era ele a sedução e a via sinuosa para justamente aqueles valores judeus e inovações judaicas do ideal? Não teria Israel alcançado, por via desse “redentor”, desse aparente antagonista e desintegrador de Israel, a derradeira meta de sua sublime ânsia de vingança? [...] E porventura seria possível, usando-se todo o refinamento do espírito, conceber uma isca *mais perigosa*? Algo que em força atrativa, inebriante, estonteante, corruptora, igualasse aquele símbolo da “cruz sagrada”, aquele aterrador paradoxo de um “Deus na cruz”, aquele mistério de uma inimaginável, última, extrema crueldade e autocrucificação de Deus para *salvação do homem*?... Certo é, quando menos, que *sob este signo*, com sua vingança e sua tresvaloração dos valores, Israel até agora sempre triunfou sobre todos os outros ideais, sobre todos os ideais *mais nobres* (GM I 8, grifo do autor).

Ora, é evidente que a forma de valoração nobre-sacerdotal, como o cristianismo, torna o ser humano passivo, é “contra a vida” (GM prólogo 5). Essa atitude enigmática apequena o ser humano porque o torna fraco, automático, estúpido. Ela é tosca porque decorre de uma “inércia do hábito” (GM I 1), uma suposta ação útil que foi esquecida, além de ser “a-histórica” (GM I 2) na medida em que considera o hábito não egoísta de ação útil esquecida como a causa do juízo “bom”, assim como a filosofia socrática que busca causas eternas para valores humanos. Porém, foi devido ao “declínio dos juízos de valor aristocráticos” que a perspectiva

da ação útil esquecida se impôs “mais e mais à consciência humana”, tendo sido agravada pelo “*instinto de rebanho*” que com ela “tomou finalmente a palavra (e as palavras)” (GM I 2).

O que significa esse apequenamento? A negação da vida, do corpo. A “casta sacerdotal” (GM I 6) designa para si uma denominação que lembre o seu poder espiritual. Ela exerce o seu poder de maneira espiritual (na linguagem, nos valores, etc.), haja vista que é a casta mais elevada dos fracos. Tudo aquilo que desvaloriza o corpo e a força física lhe interessa. Por isso, as aristocracias sacerdotais inventaram hábitos “hostis à ação”, isto é, espirituais, milagrosos, desejosos, meditaundos, como, por exemplo, “certas formas de dieta (abstenção de carne), o jejum, a continência sexual, a fuga ‘para o deserto’, a “metafísica anti-sensualista dos sacerdotes”, capaz de fabricar entidades do além, transcendentais, curas sacerdotais e “o *nada* (ou Deus – o anseio de *unio mystica* com Deus é o anseio budista pelo Nada, pelo Nirvana – e nada mais!)” (GM I 6, grifo do autor). Os sacerdotes são os piores inimigos porque eles são os mais impotentes. Com eles “tudo se torna mais perigoso, não apenas meios de cura e artes médicas, mas também altivez, vingança, perspicácia, dissolução, amor, sede de domínio, virtude, doença” (GM I 6), isto é, “na sua impotência, o ódio toma proporções monstruosas e sinistras, torna-se a coisa mais espiritual e venenosa” (GM I 7).

Na história universal, os grandes odiadores sempre foram sacerdotes, também os mais ricos de espírito – comparado ao espírito da vingança sacerdotal, todo espírito restante empalidece. A história humana seria uma tolice, sem o espírito que os impotentes lhe trouxeram – tomemos logo o exemplo maior. Nada do que na terra se fez contra “os nobres”, “os poderosos”, “os senhores”, “os donos do poder”, é remotamente comparável ao que os *judeus* contra eles fizeram; os judeus, aquele povo de sacerdotes que soube desferrar-se de seus inimigos e conquistadores apenas através de uma radical tresvaloração dos valores deles, ou seja, por um ato *da mais espiritual vingança*. Assim convinha a um povo sacerdotal, o povo da mais entranhada sede de vingança sacerdotal (GM I 7, grifo do autor).

Os grandes odiadores da história universal foram sempre os sacerdotes porque esses são os mais desprovidos de força física, portanto, os mais ricos de espírito, astutos, os mais danados e espertos. É interessante notar como o modo de “valoração sacerdotal” derivou “daquele cavalheiresco-aristocrático” e em seguida desenvolveu-se em seu “oposto”, quando “a casta dos sacerdotes e a dos guerreiros se confrontam ciumentamente, e não entram em acordo quanto às suas estimativas” (GM I 7). O poder político do guerreiro, o grande poder, a ação, gera ou sustenta o poder espiritual do sacerdote, que é um sub poder, uma reação. O modo de valoração cavalheiresco-aristocrático pressupõe “uma forte constituição física poderosa, uma saúde florescente, rica [...] juntamente com aquilo que serve à sua conservação: guerra, aventura, caça, dança, torneios e tudo o que envolve uma atividade robusta, livre, contente” (GM I 7). Por outro lado, o modo de valoração nobre-sacerdotal pressupõe o que

pode conservar o seu tipo de vida: ideais ascéticos; valores; meditações; e curas sacerdotais – haja vista que os sacerdotes são os mais impotentes.

A vitória dos escravos na moral somente ocorreu com o cristianismo, quando a imagem do cristo crucificado veio como uma coroa triunfante para a moral do ressentimento. O amor surgiu como um troféu. A imagem de Jesus de Nazaré como redentor dos escravos, como o portador da bem-aventurança, redentor vivo dos pecados da humanidade, foi a “sedução” em sua forma mais irresistível para a consolidação dos ideais e valorações judaicas, “[...] o fato de que Israel mesmo tivesse de negar e pregar na cruz o autêntico instrumento de sua vingança, ante o mundo inteiro, como um inimigo mortal, para que o ‘mundo inteiro’, ou seja, todos os adversários de Israel, pudesse despreocupadamente morder tal isca [...]” (*GM I 8*). Sob esta imagem da cruz, com sua vingança e inversão dos valores, até hoje, Israel triunfou sobre todos os valores mais nobres. A moral do rebanho venceu: “os ‘senhores’ foram abolidos; a moral do homem comum venceu” (*GM I 9*). Essa “vitória” pode ser tomada como um “envenenamento” em que a abolição dos ideais nobres está bem encaminhada, “tudo se judaíza, cristianiza, plebeiza visivelmente” (*GM I 9*).

Dos ressentimentos nasceram os valores cristãos e essa visão cansa. A rebelião escrava na moral começou quando foi negada a “verdadeira reação, a dos atos, e que apenas por uma vingança imaginária obtêm reparação” (*GM I 10*). Enquanto toda moral nobre nasce de um sim a si mesma, já de início a moral escrava diz um “não” a um outro e esse “não” é seu ato criador. “Este necessário dirigir-se para fora, em vez de voltar-se para si” é o que faz da ação do escravo ser “no fundo reação”, ou seja, “a moral escrava sempre requer, para nascer, um mundo oposto e exterior, para poder agir em absoluto (*GM I 10*). A moral aristocrática, ao contrário, é fundamentalmente ativa. O nobre age espontaneamente, “busca o seu oposto apenas para dizer Sim a si mesmo com ainda maior júbilo e gratidão”, ele não enxerga o seu oposto com olhar depreciativo, o “seu conceito negativo, o ‘baixo’, ‘comum’, ‘ruim’, é apenas uma imagem de contraste” (*GM I 10*), sem um olhar depreciativo. O nobre guerreiro espontaneamente e de si mesmo concebe a noção básica de “bom”, e somente a partir da sua noção de “bom” cria para si uma representação de “ruim”, apenas uma oposição de competência, “uma criação posterior, secundária, cor complementar” (*GM I 11*), não com um olhar depreciativo. Os nobres mesmos se sentiam como “os bem-nascidos”, “felizes”, não precisavam construir artificialmente a sua felicidade por meio da mentira para si, “por meio de um olhar aos seus inimigos (como costumam fazer os homens do ressentimento)” (*GM I 10*). Eles não sabiam separar a felicidade da ação, “para eles, ser ativo é parte necessária da felicidade” (*GM I 10*). Tudo isso o oposto da felicidade no nível dos impotentes. O “mau” de origem do ódio do ressentimento, “o autêntico feito na concepção de uma moral escrava”, sob um olhar depreciativo, é o “bom” da outra moral, “o nobre, o poderoso, o dominador, apenas pintado de outra cor, interpretado e visto de outro modo pelo olho de veneno do ressentimento” (*GM I 11*). Enquanto o nobre vive com confiança e franqueza diante de si mesmo, o “homem do ressentimento não é franco, nem ingênuo, nem honesto e reto consigo” (*GM I 10*).

Os instintos de reação e ressentimento como instrumento da cultura (“domesticação da besta”), podem ser notados no modo como os instintos da moral nobre são “tão severamente contidos pelo costume, o respeito, os usos, a gratidão, mais ainda pela vigilância mútua, pelo ciúme [...]”, embora em alguns momentos a moral nobre necessite “sair fora”, ter que “voltar à selva” (*GM I 11*). “Na raiz de todas as raças nobres é difícil não reconhecer o animal de rapina”, ou seja, “como jubilosos monstros que deixam atrás de si, com ânimo elevado e equilíbrio interior, uma sucessão horrenda de assassinios, incêndios, violações e torturas, como se tudo não passasse de brincadeira de estudantes” (*GM I 11*). Considerando que o destino de toda cultura é “amestrar o animal de rapina”, torná-lo “um animal manso e civilizado, doméstico”, então deveremos considerar o modo de valoração dos ressentidos como os “autênticos instrumentos da cultura” que representam “o retrocesso da humanidade”, “uma vergonha” para o ser humano (*GM I 11*).

É nesse ponto que Nietzsche enxergou a necessidade de uma pausa, como quem precisa de um tempo para respirar, pegar fôlego, o cansaço do apequenamento do homem, a visão do ser humano europeu do final do século XIX cansa. O mundo ressentido, da Europa do século XIX, é coisa “completamente intolerável”, por isso Nietzsche clamou por “um suspiro e uma última esperança” para enxergar uma visão “de algo perfeito, inteiramente logrado, feliz, potente, triunfante, no qual ainda haja o que temer” (*GM I 12*). Mas, no primeiro quarto do século XXI, o “apequenamento do homem” ainda “cansa” (*GM I 12*). Desde a Europa do século XIX até o ocidente no século XXI percebemos que quase tudo ainda quer tornar-se cristão, como se “precisamente nisso” estivesse “o destino fatal da Europa”, de Roma, do ocidente, o rumo ao “niilismo”, ou seja, a negação de todas as perspectivas morais, o cansaço do mundo cristão (*GM I 12*).

2 A VISÃO DO SER HUMANO AINDA CANSA NO BRASIL

Segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado em 2022, a religião Católica apostólica romana continua sendo a maior religião no Brasil. O número de adeptos ao catolicismo está em queda, por outro lado houve um aumento do número de evangélicos e de pessoas sem religião (IBGE, 2023). A população total alcançou a marca de 203.062.512 de habitantes na data de referência, dia 31 de julho de 2022. De acordo com o Censo, os católicos são 100.216.153 habitantes, os evangélicos 47.418.024 habitantes, ambas vertentes religiosas do cristianismo, que somam juntas 147.634.177 habitantes. O censo mostrou que a queda no número de católicos foi de 65,1% para 56,7%, entre os anos de 2010 e 2022, e o aumento no número de evangélicos foi de 21,6% para 26,9% no mesmo período. O aumento, no mesmo período, para as demais matrizes religiosas juntas foi de 5,4% para 7%, e para os sem religião foi de 7,9% para 9,3%. Os dados do IBGE sugerem que o cristianismo determina a conduta moral de boa parte da população brasileira. O cristianismo, essa religião que, segundo Nietzsche, representa a vitória dos escravos na moral, “aquela rebelião que tem atrás de si dois mil anos de história, e que hoje perdemos de vista, porque – foi vitoriosa...” (*GM I 7*).

Em 2025, Quaest (2025) realizou pesquisa para investigar a confiança dos brasileiros nas instituições. Foram realizadas 2004 entrevistas, entre 13 a 17 de agosto de 2025. Os dados publicados mostram que a instituição que 73% dos entrevistados declararam mais confiar é a instituição da “Igreja católica”. Declararam ainda que em relação a “polícia militar”, 71% confiam, que em relação aos “militares ou forças armadas”, 70% confiam, que em relação às igrejas evangélicas, 65% confiam (QUAEST, 2025). No que tange à perspectiva moral prevalecente no Brasil, podemos inferir, a partir dos dados apresentados pela Quaest, que o cristianismo ainda é predominante no país e representa a instituição de maior confiança da população brasileira. Os dados indicam mais do que simplesmente o número quantitativo de pessoas adeptas ao cristianismo, mas sobretudo indicam que a perspectiva moral predominante no país é cristã. Se analisarmos os dados a partir das ideias apresentadas na primeira dissertação de *GM*, podemos inferir que “esta visão” ainda “cansa” (*GM I 12*), ou seja, segundo Nietzsche, existem bons motivos para não desejarmos a consolidação de uma moral com base no “ressentimento” (*GM I 10*). Entretanto, isso se evidencia na análise dos dados do IBGE (2023) e da Quaest (2025) acerca da maior religião em número de adeptos e da confiança – a igreja católica é a base moral do Brasil.

Mesmo sendo uma religião dominante, estrangeira, europeia, branca, machista, os brasileiros confiam mais no cristianismo do que em qualquer outra instituição de raiz afro-brasileira. Apesar do declínio do catolicismo, é possível afirmar que o cristianismo ainda se faz crescente entre os evangélicos, não apenas como religião, mas também como instituição que estabelece o fundamento moral do país e, consequentemente, a conduta das pessoas e o funcionamento das instituições, como a ciência e a filosofia. Nietzsche rejeitou a metafísica porque ela é “a crença no próprio ideal ascético, embora sob a forma de seu imperativo inconsciente” (*GM III 24*). Isso significa que é preciso pôr em dúvida de uma vez o valor de verdade,³ haja vista que a crença num valor metafísico, num valor em si de verdade é a consagração do ideal ascético porque não há, julgando a rigor, liberdade. O que moveu a metafísica foi a crença na verdade, para além do corpo, motivada pela reprodução do ideal ascético. Assim, podemos dizer que o ideal ascético é esse meio espiritual que contamina, envenena a moral do nobre. É a atitude negadora que, no caso do escravo, concebe o valor “bom” a partir do outro, e não dele mesmo. Dessa maneira, o ser humano, quando é coagido pelos valores da sociedade comum, pode perder a sua liberdade e dignidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A visão de que o cristianismo é a perspectiva moral do Brasil, ainda cansa. Ao tomarmos a crítica nietzschiana ao cristianismo da Europa do final do século XIX, percebemos que ela bem pode analisar os dados recentes do IBGE (2023) e da Quaest (2025), e explicar as implicações negativas da prevalência do cristianismo como religião dominante no século XXI, sobretudo no Brasil. A negação de certos aspectos da vida é o que moveu a crítica de Nietzsche

3 Para um maior esclarecimento sobre a crítica de Nietzsche à metafísica, ver também o texto 51 de *GC*, intitulado “Senso de verdade”, o texto 344 da mesma obra intitulado “Em que medida também nós ainda somos devotos”, o livro V dessa mesma obra, intitulado “Nós, os impávidos” e o prefácio de *A*.

ao cristianismo, a filosofia e à “ciência moderna” (CAMILO, 2024, p. 122). Nietzsche indicou que, após o século XVI, a perspectiva cristã esteve presente em todo o desenvolvimento do pensamento científico-filosófico-ocidental, e aqui podemos perguntar: e não estaria ainda presente? Certamente sim, ainda está bem à vista, e esta visão cansa.

O caminho para o Brasil, assim como para o ocidente, no século XXI, ainda é o “nihilismo” (GM I 12), isto é, a rejeição dos valores do cristianismo, a negação de todos os valores. O nihilismo, essa atitude de rejeição da moral, deve levar a humanidade a um novo momento, pois, segundo Nietzsche, somente quando todos os valores cristãos forem finalmente rejeitados é que o ocidente poderá preparar o caminho para o super-humano, ou seja, a sociedade cujos indivíduos estão, em sua maioria, para além dos valores cristãos e livres para criar seus próprios valores.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. M. *Nietzsche e o paradoxo*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

CAMILO, B. Da verdade ao perspectivismo: uma abordagem nietzschiana aplicada à filosofia da ciência. *Lampejo*, Fortaleza, v. 9, n. 1, p. 468-485, 2020. Disponível em: <https://revistalampejo.org/index.php/lampejo/issue/view/18>. Acesso em: 02 set. 2025.

CAMILO, B. Nietzsche e os rumos para uma teoria trágica do conhecimento científico. *Aufklärung: journal of philosophy*, João Pessoa, v. 11, n. 1, p. 119-136, jan./abr. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.18012/arf.v11i1.65740>. Acesso em: 11 maio 2025.

IBGE. *Censo demográfico 2022: religiões, resultados preliminares da amostra*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 08 set. 2025.

NIETZSCHE, F. W. A filosofia na época trágica dos gregos (1873). In: LEBRUN, G. (ed.). *Friedrich Nietzsche: obras incompletas*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 10-12. (Os pensadores; 32).

NIETZSCHE, F. W. *A gaia ciência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

NIETZSCHE, F. W. *Aurora: reflexões sobre os preconceitos morais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. (Coleção Textos Filosóficos).

NIETZSCHE, F. W. *Genealogia da moral: uma polêmica*. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

QUAEST. *Pesquisa genial: confiança institucional*. Belo Horizonte: Quaest, 2025. Disponível em: <https://quaest.com.br/relatorios-dc5902a407f4f271a324451899baf0f0/>. Acesso em: 08 set. 2025.

Artigo Submetido em 11/09/2025 e aprovado em 18/09/2025

Breves informações sobre o autor: Possui graduação em Filosofia (bacharelado) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2010), graduação em Filosofia (licenciatura) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2012), especialização em metafísica e epistemologia pela Universidade Federal do Cariri (2022), mestrado em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2012) e doutorado em Filosofia pela

Universidade Federal do Ceará (2018). Realizou o estágio de pós-doutorado no Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2025). Atualmente é professor da Universidade Federal Rural do Semi-árido.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7623-1281>

E-mail: bruno.camilo@ufersa.edu.br

Endereço: Alameda das Acácias, nº 115, Neópolis, Natal/RN

Editor: Dr. Geraldo Luiz De Mori

Avaliadores: Michael Román Aponte, Adriano Geraldo da Silva